

COLETIVA SOBRE O

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

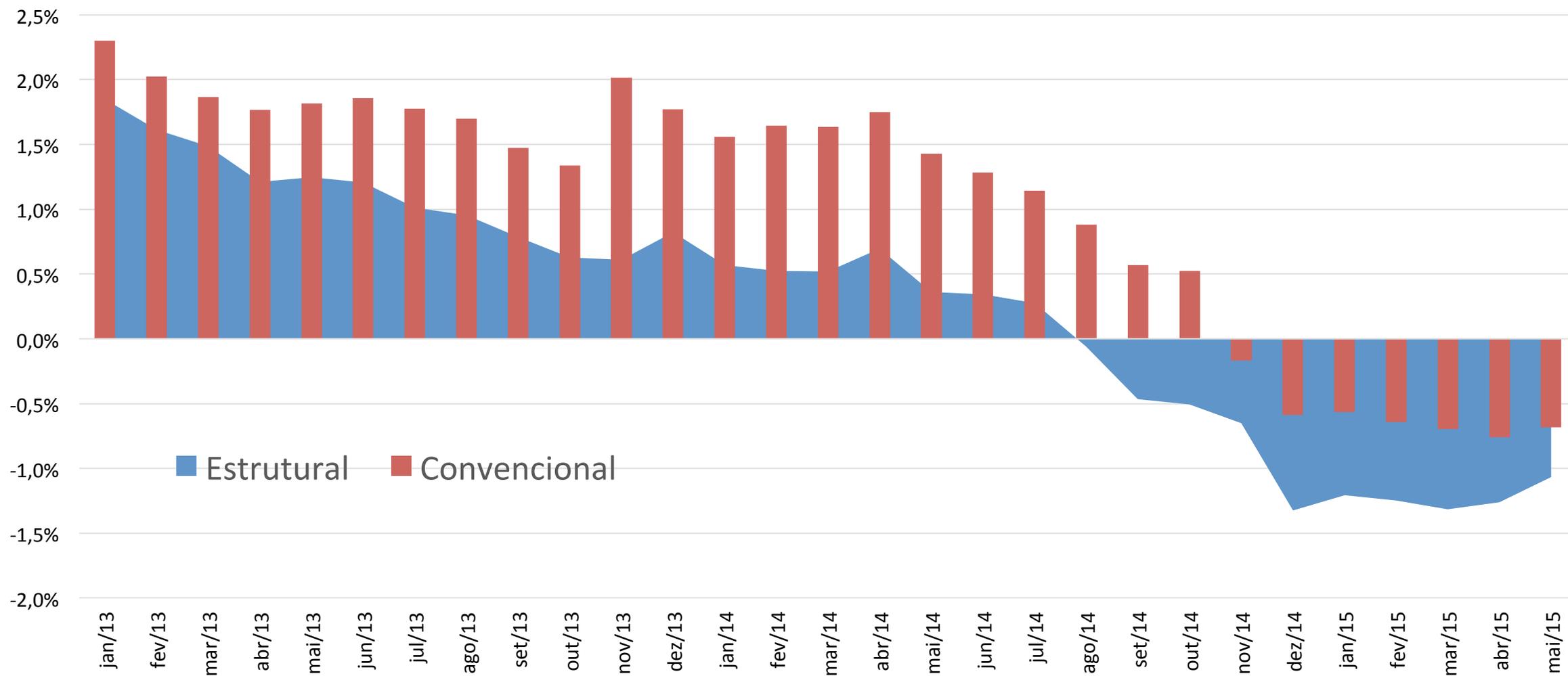
3º Bimestre de 2015



22/07/2015

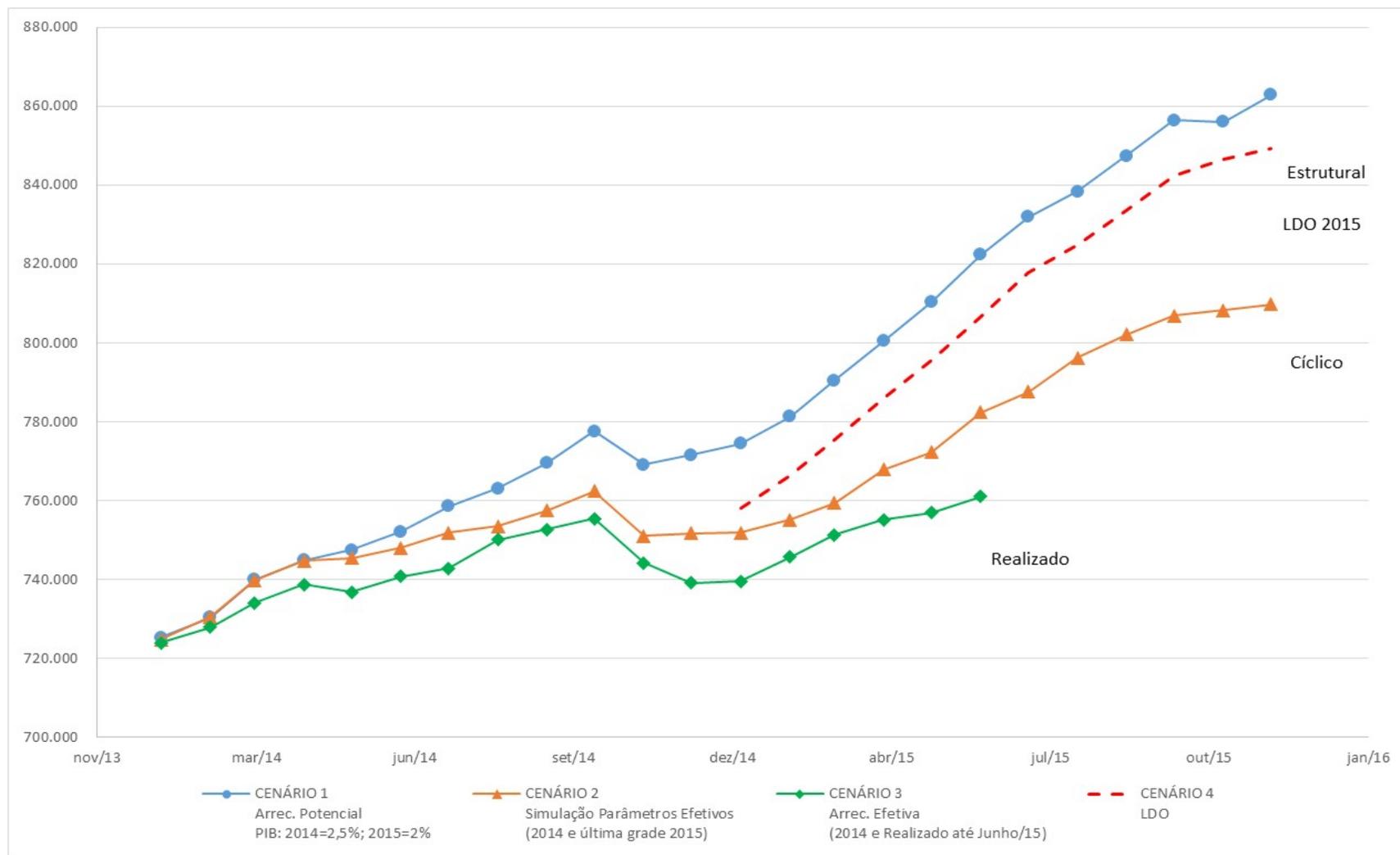
# Resultado Primário do Setor Público

ACUMULADO EM 12 MESES, % PIB



# Evolução da Arrecadação das Receitas Administradas pela SRF (exceto Previdência)

ACUMULADO EM 12 MESES



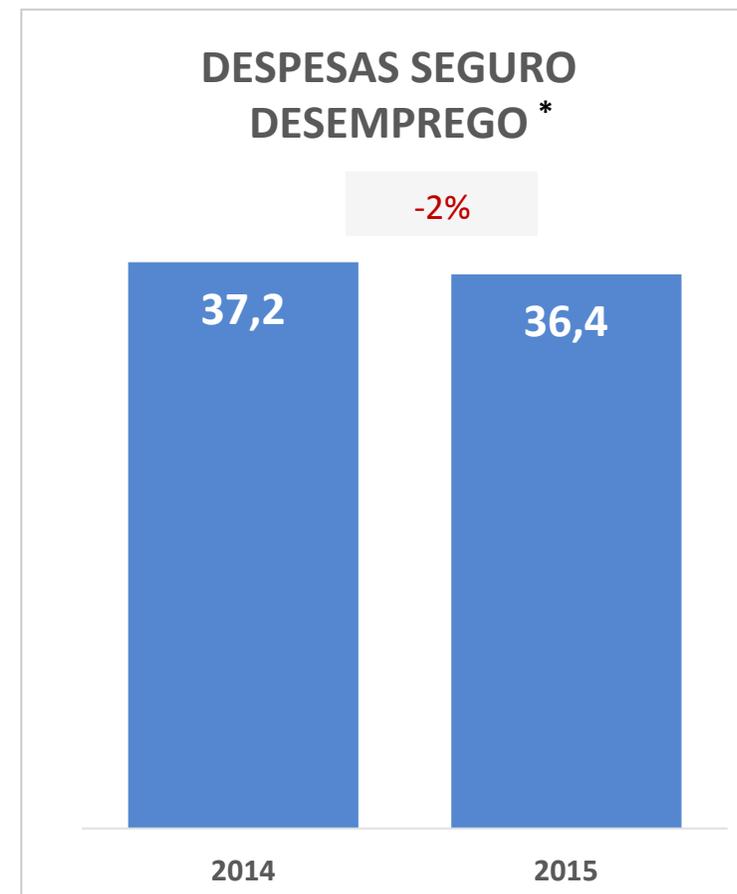
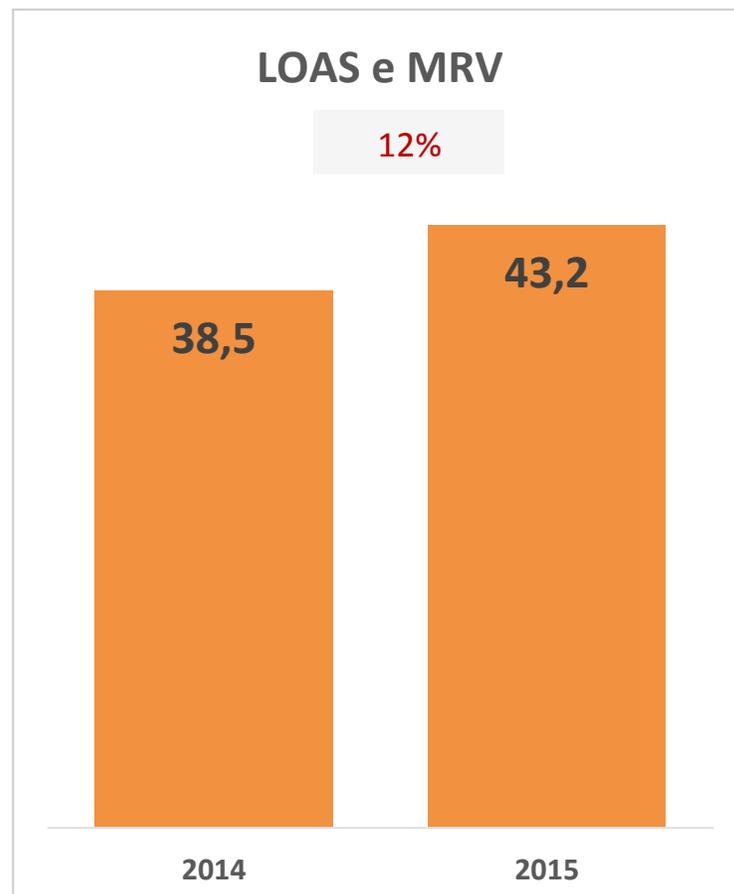
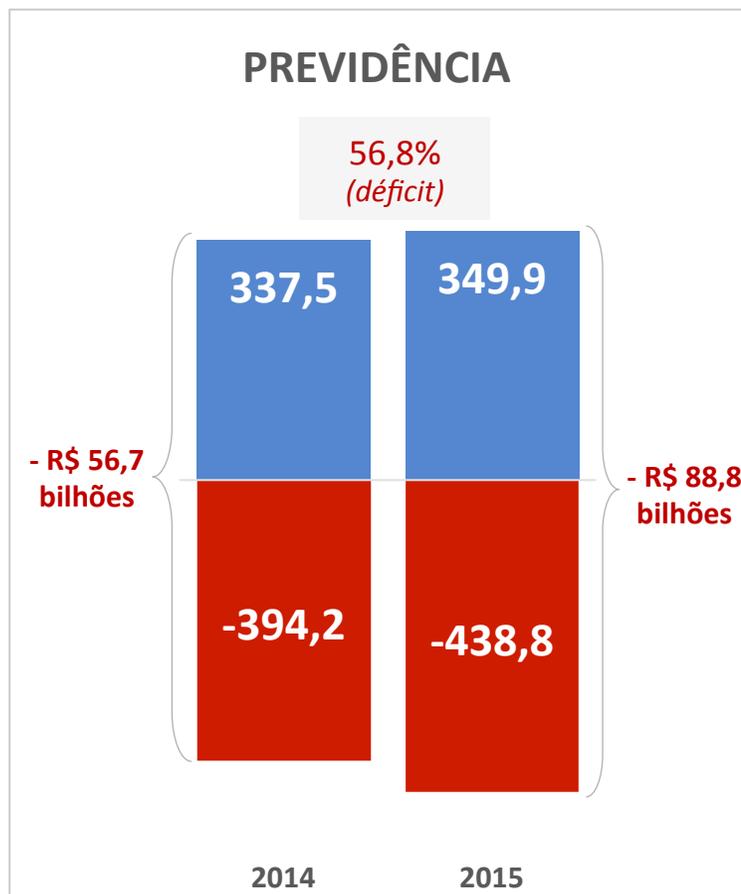
# Detalhamento da revisão de receitas

<b>Discriminação</b>	<b>Avaliação do 2º Bimestre (a)</b>	<b>Avaliação do 3º Bimestre (b)</b>	<b>Diferença ( c = b - a )</b>
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.371.702,5</b>	<b>1.325.311,1</b>	<b>(46.391,4)</b>
<b>Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS</b>	<b>848.328,1</b>	<b>818.877,4</b>	<b>(29.450,7)</b>
<b>Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>364.680,4</b>	<b>349.964,2</b>	<b>(14.716,2)</b>
<b>Receitas Não-Administradas pela RFB/MF</b>	<b>158.694,0</b>	<b>156.469,5</b>	<b>(2.224,6)</b>
Concessões	18.078,1	18.251,6	173,5
Dividendos	15.505,3	17.042,8	1.537,5
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	11.462,8	11.422,0	(40,8)
Cota-Parte de Compensações Financeiras	32.376,8	31.111,8	(1.265,0)
Receita Própria (fontes 50 e 81)	14.118,8	14.821,3	702,4
Salário-Educação	19.614,2	19.381,5	(232,7)
Complemento do FGTS	4.045,3	4.515,3	470,0
Operações com Ativos	7.500,0	3.000,0	(4.500,0)
Demais Receitas	35.992,7	36.923,2	930,5
<b>II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>213.433,9</b>	<b>213.726,1</b>	<b>292,2</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>1.158.268,6</b>	<b>1.111.585,0</b>	<b>(46.683,6)</b>

# Gastos Obrigatórios

2014 Realizado / 2015 – Avaliação do 3º Bimestre

R\$ bilhões

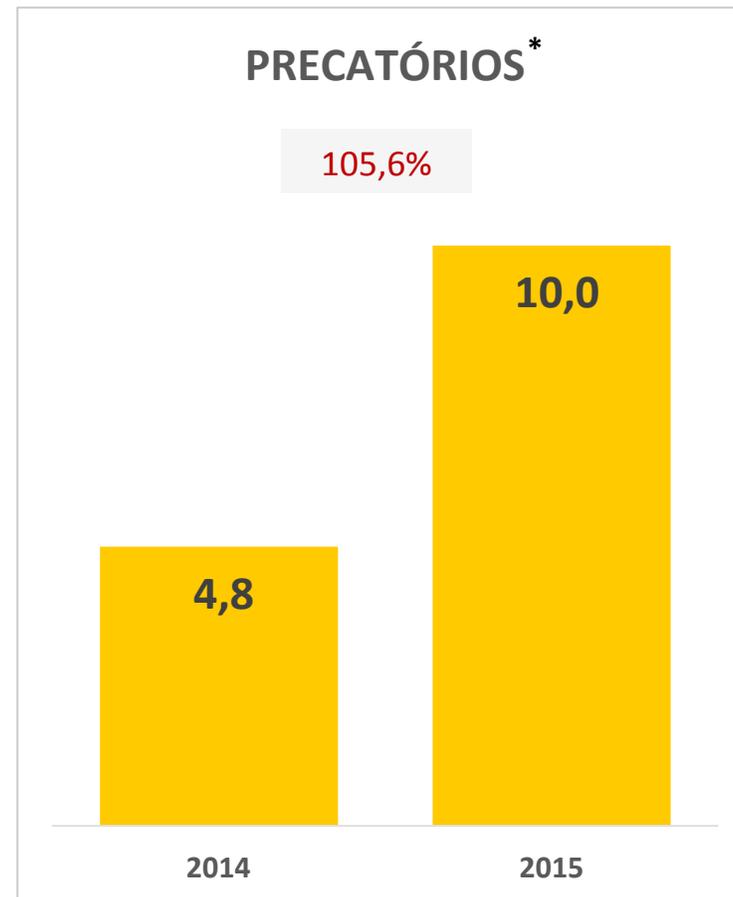
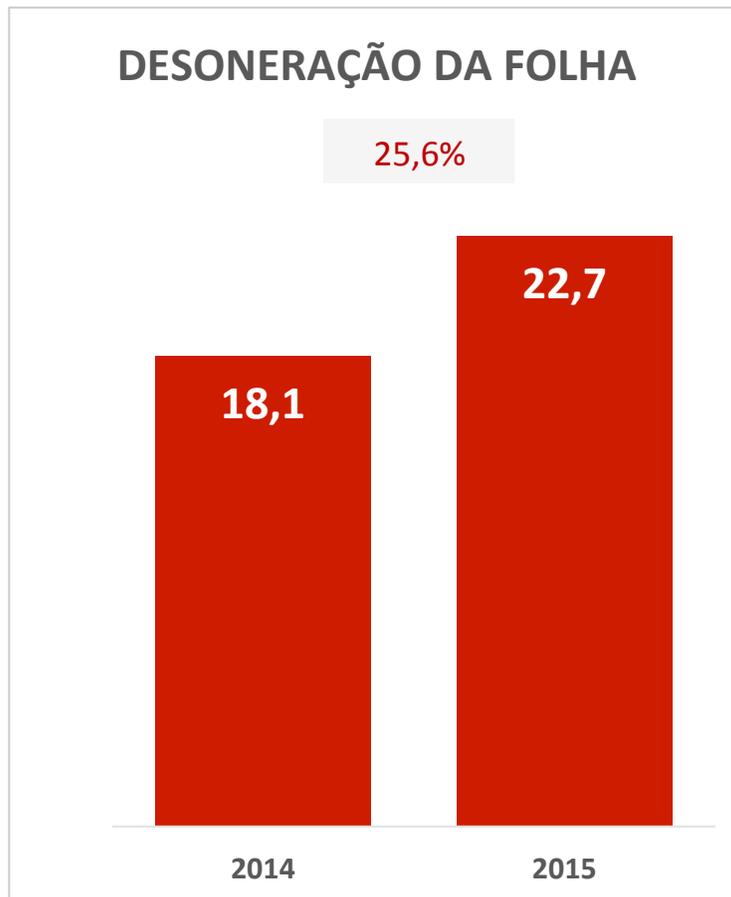
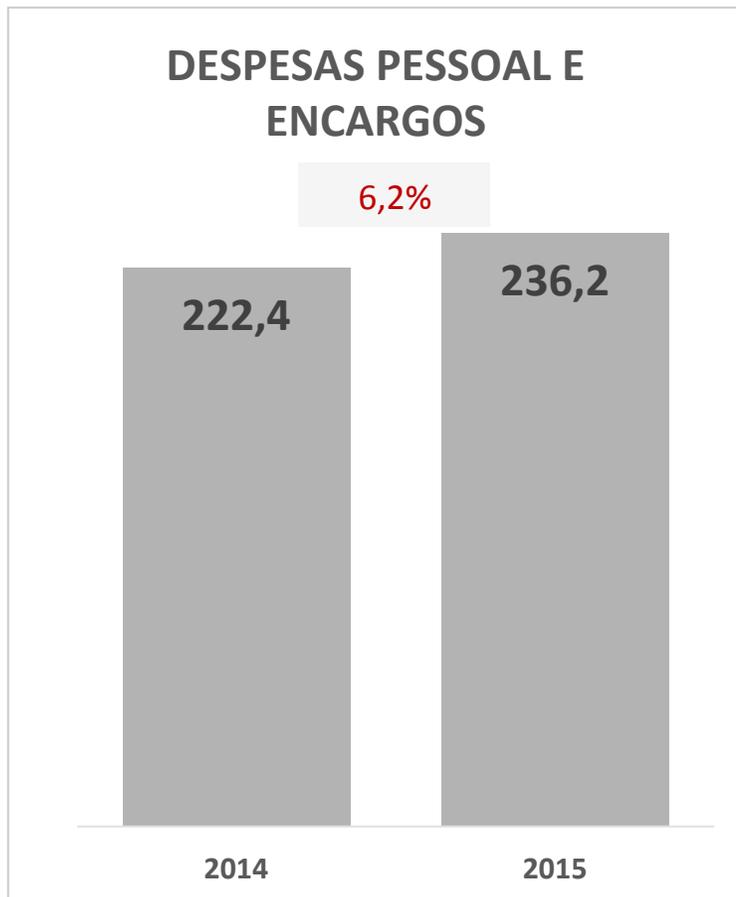


\* Inclui Seguro Defeso.

# Gastos Obrigatórios

2014 Realizado / 2015 – Avaliação do 3º Bimestre

R\$ bilhões

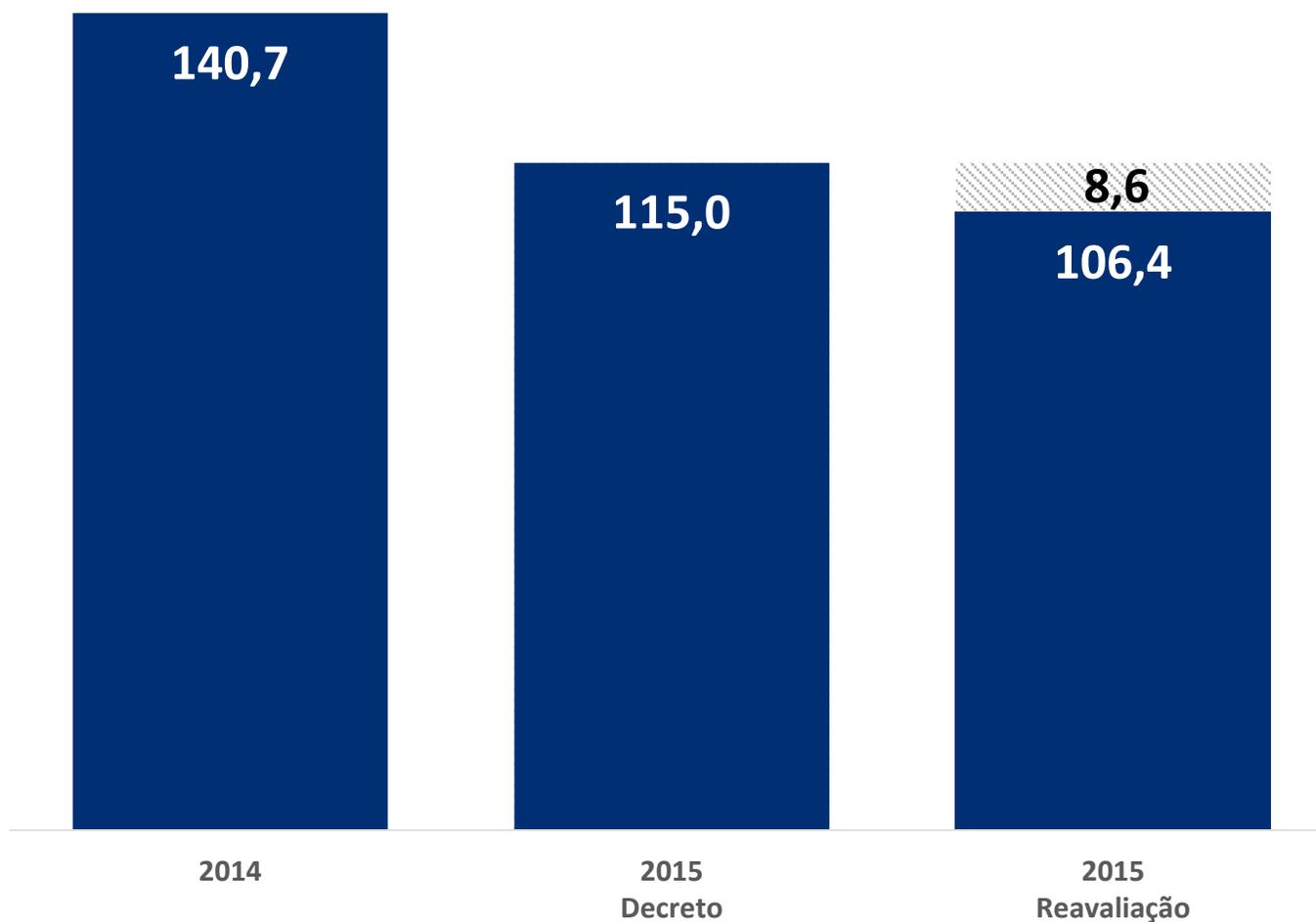


\* Sentença judicial e precatórios, exceto previdenciário e natureza alimentícia.

# Despesas Discricionárias – Passíveis de Contingenciamento

2014 Realizado / 2015 – Avaliação do 3º Bimestre

R\$ bilhões



# Detalhamento da revisão nas Despesas Obrigatórias

Descrição	Avaliação do 2º Bimestre (a)	Avaliação do 3º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
<b>A) Variações positivas</b>			<b>11.693,6</b>
Abono e Seguro Desemprego	41.955,3	45.811,1	3.855,8
Créditos Extraordinários	1.345,0	4.833,4	3.488,4
Sentenças Judiciais e Precatórios – OCC	8.550,6	9.981,2	1.430,6
Benefícios da Previdência	437.472,3	438.850,5	1.378,2
Pessoal e Encargos Sociais	235.583,8	236.208,9	625,1
Complemento do FGTS	5.245,4	5.715,4	470,0
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	42.940,8	43.179,9	239,1
Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Poder Executivo)	1.713,5	1.904,0	190,5
Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	13.094,2	13.110,1	15,9
<b>B) Variações negativas</b>			<b>(329,2)</b>
Fundos FDA, FDNE e FDCO	503,0	203,0	(300,0)
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	327,4	298,2	(29,2)
<b>Total</b>			<b>11.364,4</b>

# Resumo da reavaliação de receitas, despesas e meta de resultado primário do governo central

	Varição em relação ao relatório do 2º bimestre em R\$ milhões
Redução da estimativa de receita líquida	46.683,6
Aumento da estimativa de despesa obrigatória	11.364,4
<b>Subtotal</b>	<b>58.048,0</b>
Redução adicional da despesa discricionária	8.600,0
Proposta de redução da meta de resultado primário	49.448,0
<b>Subtotal</b>	<b>58.048,0</b>

# Reprogramação 2015

Abrangência	LDO 2015		PLN Enviado		Variação	
	R\$ bi	% do PIB	R\$ bi	% do PIB	R\$ bi	% do PIB
Setor Público Consolidado	66,3	1,19	8,7	0,15	57,6	1,04
Governo Central	55,3	0,99	5,8	0,10	49,5	0,89
Estatais Federais	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
Estados e Municípios	11,0	0,20	2,9	0,05	8,1	0,15

# Cláusula de Abatimento da Meta por Frustração de Receitas Específicas

- As estimativas do Relatório consideram medidas cuja arrecadação adicional depende do processo legislativo e das condições de mercado.
- A proposta de meta fiscal inclui cláusula de abatimento de até R\$ 26,4 bilhões caso haja frustração das seguintes receitas:
  - Medidas de débito em recuperação em atraso em até R\$ 10 bilhões
  - Regularização de ativos no exterior em até R\$ 11,4 bilhões
  - Concessões e permissões em até R\$ 5 bilhões

# Nova programação de reequilíbrio fiscal

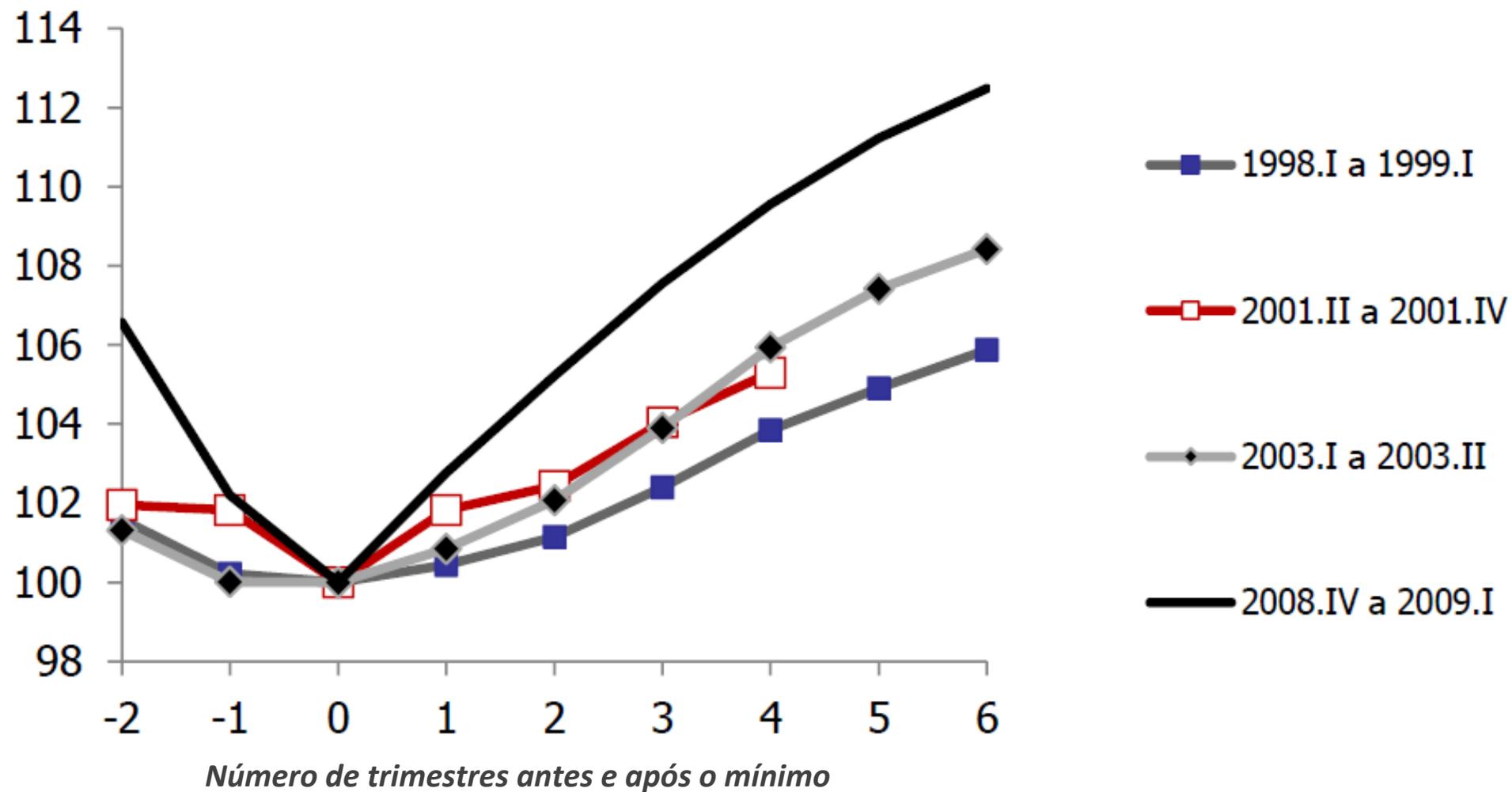
	2015	2016	2017	2018
<b>Superávit Primário do Setor Público Não-Financeiro</b>	<b>0,15</b>	0,7	1,3	2,0
<b>Dívida Líquida</b>	<b>36,3</b>	37,8	38,4	38,0
<b>Dívida Bruta do Governo Geral</b>	<b>64,7</b>	66,4	66,3	65,6
<b>Resultado Nominal</b>	<b>-6,47</b>	-4,58	-3,23	-2,36

# Projeções de Dívida Bruta em % do PIB



# Ciclos de Reequilíbrio do PIB em %

DADOS TRIMESTRAIS



# Ações para o fortalecimento da atividade econômica – investimentos e produtividade

---

## INFRAESTRUTURA

Concessões: continuidade e ampliação do programa de concessões nos setores tradicionais e abertura de novos

Concessões em curso: autorização de novos investimentos em concessões existentes (ferrovias, portos, rodovias, setor elétrico)

## REGULAÇÃO

Aperfeiçoamento de marcos regulatórios

Novas concessões: taxas de retorno referenciais aderentes às condições de mercado

Melhorar os processos de licenciamento do IBAMA (requerimento de informações e procedimento)

Definir o modelo regulatório de Telecom pós 2025 , viabilizando decisões de investimentos e consolidação do setor

## INFRAESTRUTURA- REGULAÇÃO

Preservar a estabilidade dos contratos de concessão – estabelecendo as possibilidades e limites de alteração nas condições ou prazos da outorga, sendo obrigatórios, em qualquer caso, o estudo prévio de impacto, submetido à consulta pública, e o aditamento do contrato (Lei Geral das Concessões).

# Ações para o fortalecimento da atividade econômica – investimentos e produtividade

---

## CONCORRÊNCIA E NOVOS INVESTIMENTOS

Alienação de ativos públicos. Revitalização do setor de óleo e gás.

---

## CONCORRÊNCIA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Abrir o capital da Caixa Seguridade e potencial abertura de capital do IRB. Implementadas medidas de abertura do mercado de resseguros .

Acelerar a agenda de simplificação tributária

---

Acelerar o SINTER - simplificação, redução do tempo e do custo da regularização de propriedades, aumento da segurança jurídica nas transações imobiliárias e na garantia do crédito imobiliário (redução de riscos para o crédito imobiliário).

---

## INTEGRAÇÃO COMERCIAL E FORTALECIMENTO PRODUTIVO

Rever a tarifa externa comum (TEC) do Mercosul com vistas ao aprimoramento da estrutura de proteção efetiva no país e aumento da competitividade da indústria.

Ajustar as medidas de apoio a indústrias selecionadas, aumentando o impacto e a compatibilidade com compromissos internacionais.

Fortalecer as medidas de facilitação de comércio

Acelerar a implantação de Acordos bilaterais de Operador Econômico Autorizado – OEA

Concluir a implementação do Portal Único de Comércio Exterior

Integrar o Porto Sem Papel ao Portal Único de Comércio Exterior

---

OBRIGADO

